



DIREITO PENAL



Estratégia
OAB

I SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Copola, estudante, primário com bons antecedentes foi denunciado pela prática do crime de furto (art. 155 do Código Penal) pela subtração de um Ipad 2023, pertencente a sua avó, Giselle, nascida em 15 de outubro de 1970. O Ministério Público não ofereceu proposta de suspensão condicional do processo em razão do acusado não preencher os requisitos legais.

Recebida a exordial acusatória pelo juízo da Vara Criminal da Comarca de Catolé do Rocha – PB, determinou-se a citação do réu. Por intermédio de defensor constituído, a resposta à acusação foi apresentada, arrolando testemunhas e juntando documentos. Designada audiência de instrução e julgamento, foram ouvidas, nesta ordem, as testemunhas da acusação e as de defesa, que nada sabiam sobre os fatos. Em seu interrogatório, Copola afirmou que subtraiu o objeto para vendê-lo e posteriormente fugir com a sua noiva Lívia, para longe dali construir uma nova vida juntos. Relatou que a avó nunca aceitou o seu relacionamento com a noiva, pelo fato dela ser cubana.

Proferida a sentença em 15 de fevereiro de 2024, Copola foi condenado a pena de 1 ano de reclusão e 10 dias-multa, em regime inicial aberto, substituída por duas restritivas de direito. O Ministério Público, intimado da sentença, não interpôs nenhum recurso, aceitando a decisão por seus próprios fundamentos.

A defesa interpôs recurso de apelação, que foi conhecido, porém, improvido. Em acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado, os desembargadores aumentaram a pena do acusado para 03 anos de reclusão e 30 dias-multa, por entenderem que os delitos patrimoniais vêm assolando a sociedade e que o Poder Judiciário deve repudiar com veemência os crimes cometidos contra a entidade familiar, além do fato de ser inadmissível um neto furtar a própria avó, motivo pelo qual a reprimenda deveria ser mais robusta. Mantiveram, entretanto, o regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos. A sentença transitou em julgado no dia 25 de setembro de 2024.

Com base somente nas informações de que dispõe e nas que podem ser inferidas pelo caso concreto acima, redija a peça cabível, excluindo a possibilidade de impetração de *habeas corpus*, sustentando, para tanto, as teses jurídicas pertinentes.

Obs.: o examinando deve abordar todas os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Após o término de uma partida de futebol na qual a seleção brasileira perdeu de 7 x 0 para a Argentina, Brasília discute com um torcedor da seleção adversária. A discussão torna-se acalorada e, com intenção de matar o estrangeiro, Brasília joga uma bomba caseira contra Carlitos. Entretanto, por ter percebido o erro que cometera ao ver Carlitos todo ensanguentado, Brasília desesperado, coloca-o no carro e o leva para o hospital. Lá chegando, o socorro é eficiente e Carlitos consegue se recuperar das graves lesões sofridas e sobrevive.

Com base na situação acima, responda, fundamentadamente, aos itens a seguir.

A) É cabível responsabilizar Brasília por tentativa de homicídio? Justifique.

B) Caso Carlitos, mesmo tendo sido socorrido, não se recuperasse das lesões e viesse a falecer no dia seguinte aos fatos, qual seria a responsabilidade jurídico-penal de Brasília?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Ayrton, após ingerir 1 litro da vodka Russominsk, conduzia seu automóvel em direção a sua casa com muita atenção, quando foi parado em um Comando Policial. Atendendo a ordem de sair do veículo, Ayrton saiu exalando forte odor de álcool, ocasião na qual os policiais o coagiram a realizar um teste de alcoolemia no etilômetro. Realizado o teste, foi constatado que Ayrton tinha concentração de álcool acima do permitido pelo Código de Trânsito. O teste realizado pelos policiais foi juntado ao auto de prisão em flagrante e foi a única prova utilizada pela acusação em denúncia posterior. Três anos depois, em audiência de instrução e julgamento, os policiais que realizaram a abordagem e o teste testemunharam não ter nenhuma recordação dos fatos tendo em vista o lapso temporal decorrido. Ao término da instrução, o juiz abriu prazo para as partes apresentarem a medida processual cabível. O Ministério Público requereu a condenação de Ayrton como incurso nas penas do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro. A defesa foi intimada em 14 de outubro de 2024 (segunda-feira) para adoção da medida processual cabível.

- A) Qual peça adequada ao momento processual e o último dia do prazo para apresentação?
- B) Quais teses podem ser levantadas em favor do seu cliente?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

O delegado de polícia da cidade do Rio de Janeiro recebeu uma denúncia anônima de que Marley, representante da milícia da Barra da Tijuca, juntamente com outras 3 pessoas, pretendiam realizar um roubo a um Shopping Center no dia 09/10/2024. Sem nenhuma diligência prévia e por razões de urgência, mesmo sem autorização judicial, a autoridade policial determinou à Operadora de Telefonia Celular a interceptação da linha telefônica de Marley. Após 15 dias de gravação, durante a degravação das conversas, surge uma prova de que João Carlos é inocente de um delito de latrocínio do qual está sendo processado perante a 3ª Vara Criminal da mesma cidade. Com base somente nas informações apresentadas, responda fundamentadamente:

A) Agiu certo o delegado quanto à obtenção da prova? Fundamente e justifique a sua resposta.

B) A prova obtida em decorrência da interceptação telefônica poderá ser usada na ação penal movida contra João Carlos? Justifique a sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

O Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca de Presidente Prudente/SP, após analisar requerimento feito pela defesa de Tício, converteu a pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade, imposta no regime inicial aberto. Ocorre que o juiz esqueceu de fixar as condições do regime aberto. O Ministério Público, inconformado, interpôs o competente recurso. Intimada, a defesa do apenado apresentou contrarrazões requerendo a manutenção da decisão de 1º grau. Submetido a julgamento pelo Tribunal de Justiça, a Corte, de forma unânime, deu provimento ao recurso do MP para reformar a decisão e fixou como condição especial ao cumprimento de pena no regime aberto, com base no Art. 115 da LEP, uma prestação pecuniária, consistente no pagamento de 4 salários-mínimos à ONG Cão Pastor. Com base somente nas informações fornecidas pelo enunciado, responda de forma fundamentada aos seguintes itens:

- A) Qual foi o recurso interposto pelo Ministério Público contra a decisão do Juiz da Vara de Execuções Penais? Fundamente a sua resposta.
- B) Está correta a decisão da Corte Estadual, levando-se em conta entendimento jurisprudencial sumulado?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

